

MESA-REDONDA 2

FLORESTAS SOCIAIS, MEGAREFLORESTAMENTOS E ALTERAÇÕES AMBIENTAIS

Mediador: João Régis Guillaumon

Debatedores: Werner Zulauf
Philip Fearnside
Leopoldi Rodés
Manoel de Freitas
Ibsen de Gusmão Câmara

Reflorestar, Preservar e Produzir: um Desafio à Humanidade

As florestas são fundamentais no combate ao efeito estufa, pois as plantas absorvem um dos vetores dessa ameaça, o dióxido de carbono. Portanto, é imprescindível conservá-las, além de se promover a recomposição da cobertura vegetal de vastas áreas do planeta. Por outro lado, os mais de 5 bilhões de habitantes da Terra exigem produção industrial crescente para serem supridos, o que implica mais desmatamentos e maior emissão de carbono. A conciliação dessas duas premissas é fundamental ao futuro da humanidade e se constituiu na principal discussão da mesa-redonda que abordou o tema “Floresta Sociais, Mega-Reflorestamentos e Alterações Ambientais”.

Cerca de 7 bilhões de toneladas de dióxido de carbono são lançadas anualmente na atmosfera terrestre. Com a absorção, pelos ecossistemas terrestres e os oceanos, de grande parcela dessa emissão, restam 3 bilhões de toneladas anuais, que ampliam paulatinamente o risco do chamado efeito estufa. Os dados foram revelados pelo almirante Ibsen de Gusmão Câmara, presidente da Sociedade Brasileira de Proteção Ambiental e membro regional da Comissão de Sobrevivência de Espécies da União Mundial de Conservação da Natureza (UICN).

Ibsen Câmara lembrou que os desmatamentos são responsáveis por “parte significativa do acréscimo de carbono na atmosfera”, embora as fontes principais do problema sejam a queima de combustíveis fósseis, como o petróleo e de carvão mineral. Para ilustrar a questão dos desmatamentos, ele citou números da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO): na década de 80, foram desmatados 17 milhões de hectares de florestas tropicais por ano; em relação às florestas temperadas, somente nos Estados Unidos estavam sendo derrubados 160 mil hectares de florestas, anualmente. Isso significa, em última análise, liberação de carbono na atmosfera, acentuou.

“Se nós queremos realmente minorar os riscos do efeito estufa, temos de absorver esse carbono de alguma forma”, afirmou o almirante, alertando, contudo, que a solução não é simples e tampouco pode ser centrada unicamente no mega-reflorestamento. Como exemplo dessa colocação, ele citou o cálculo feito com base em outro estudo recente da FAO, segundo o qual seriam necessários 300 milhões de hectares plantados para absorver o acréscimo de 3 bilhões de toneladas de dióxido de carbono anuais lançados na atmosfera. O custo desse reflorestamento - US\$ 400 por hectare, segundo a FAO - atingiria US\$ 120 bilhões por ano.

Embora os mega-reflorestamentos possam ter resultados econômico-sociais e ecológicos positivos, exigiriam áreas e custos “proibitivamente grandes”. Assim, “o problema de redução do carbono na atmosfera depende, essencialmente, não da plantação de imensa quantidade de árvores, mas sim de processos de reformulação da sociedade, para reduzir a queima de combustíveis fósseis e os desmatamentos das florestas naturais”, finalizou o almirante.

O recém-empossado diretor de Recursos Naturais do IBAMA, Werner Zulauf, representando o Instituto de Estudos Avançados - IEA da USP, também deu números

que ilustram a dificuldade de se promover um megareflorestamento na proporção necessária para absorver os 115 bilhões de toneladas de carbono excedentes na atmosfera terrestre, conforme estimativas. Citando cálculos do IEA, realizados em resposta a indagações surgidas num congresso realizado no final dos anos 80, em Hamburgo, na Alemanha - sobre o potencial brasileiro de fazer frente com os reflorestamentos necessários para evitar o efeito estufa, ele observou: "Chegamos à conclusão de que é impossível, mesmo em um país de grandes dimensões como o Brasil, plantar 400 milhões de hectares de florestas", necessários à absorção do excedente de 115 bilhões de toneladas de carbono acumulado na atmosfera. Essa área corresponde à metade do território brasileiro. Levando-se em conta também a floresta amazônica, "significa que teríamos de cobrir todo o nosso país, inclusive cidades e rodovias, com floresta, o que, evidentemente, não tem qualquer sentido".

Entretanto, não apenas o Brasil, mas todo o planeta pode realizar esse esforço de reflorestamento. "E nessa segunda abordagem, chegamos a um valor mais palatável": entre 2 e 3 por cento da superfície terrestre, excluindo as calotas polares, seriam suficientes para a absorção do excedente de carbono, desde que devidamente cobertos por florestas. No âmbito desse novo cálculo, 20 milhões de hectares seriam plantados no Brasil, "que estaria, assim, fazendo a sua parte, implantando 5 por cento do grande projeto mundial", acrescentou Zulauf.

Para que o País cumpra a sua parte, prosseguiu o diretor do IBAMA, chegou-se a uma proposta de mapeamento das áreas prioritárias. Em primeiro lugar, ficou estabelecido não se projetar qualquer floresta em cima dos ecossistemas nativos e também que os projetos não deveriam invadir áreas agrícolas. "O grande objetivo era justamente reflorestar áreas degradadas como aquelas em processo de desertificação no Rio Grande do Sul, áreas de cerrado com reflorestamentos já deteriorados e áreas como as existentes no Vale do Paraíba do Sul, no Oeste do rio São Francisco e nas bordas sul e leste da Floresta Amazônica".

O FLORAM - como foi denominado o projeto - não se limitou, contudo, à questão pura e simples do reflorestamento só com essências nativas, como forma de absorver o excedente de carbono. "Ele se define como um projeto de silvicultura agro-sócio-ecológica", explicou Zulauf, acentuando ser necessário "assegurar a manutenção de uma agricultura de subsistência para as populações envolvidas". Ele informou, ainda, que se abre espaço no governo federal para o debate desse projeto, que poderá servir de parâmetro para uma política florestal mais ampla, a ser submetida a toda a coletividade.

QUESTIONAMENTO

Philip Fearnside, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), colocou duas questões básicas: a primeira, relativa aos objetivos especifi-

cos do reflorestamento; a segunda, sobre quais seriam os beneficiários de um projeto dessa natureza. No que diz respeito à primeira questão, enumerou os seguintes objetivos: suprir com matéria-prima a indústria de ferro-gusa e a de papel e celulose e produzir madeira de lei para a comercialização; outra meta seria a absorção de carbono.

Quanto aos beneficiários desse reflorestamento, Fearnside questionou: "Serão, por exemplo, os mesmos fazendeiros que receberam incentivos da SUDAM para pastagens hoje degradadas; ou será algum outro segmento da sociedade?". Como resposta, observou que as florestas sociais seriam uma opção, mas, atualmente, os planos não são nesse sentido.

Outro aspecto levantado por Fearnside foi relativo ao custo-benefício das diferentes opções para solucionar os problemas de gases provocadores do efeito estufa. Raciocinando da mesma maneira que o almirante Gusmão Câmara, ele afirmou ser muito mais barato evitar o efeito estufa diminuindo o desmatamento. "É importante lembrar que o grosso desse desmatamento ainda é feito pelas grandes fazendas. Não é para alimentar o povo da Amazônia que está sendo cortada a floresta". Portanto, o desmatamento não está levando em conta o benefício social.

O representante do INPA também abordou outras opções para a redução do carbono na atmosfera, entre elas a ampliação da eficiência na queima de combustíveis dos 400 milhões de automóveis existentes no mundo, "responsáveis pela emissão de 550 milhões de toneladas de carbono em forma de CO₂".

Fearnside criticou ainda a forma como vêm sendo feitos os estudos dos RIMAS - Relatórios de Impactos sobre o Meio Ambiente, que somente ressaltam os pontos positivos para proteger o empreendedor, omitindo os pontos negativos.

UNIFORMIDADE E BIODIVERSIDADE

"Da mesma maneira que os cataclismos biológicos no Hemisfério Norte propiciaram uma uniformidade natural das florestas, aqui no Brasil a suavidade do clima resultou numa biodiversidade exuberante". A observação foi feita por Leopoldo Rodés, diretor do Centro Técnico de Celulose e Papel do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) de São Paulo. Em sua exposição, ele enfocou principalmente o trabalho realizado no país para obter artificialmente a uniformidade das florestas, fator fundamental para a padronização industrial. "Hoje em dia, a produção precisa de uma uniformidade apurada das matérias-primas. Na área de papel, por exemplo, sua qualidade depende do perfil morfológico das fibras da madeira".

Essa busca da uniformidade poderia parecer contrastante com a necessidade de se manter a biodiversidade. "Entretanto, a uniformidade artificial demanda uma preocupação extremada pela biodiversidade", salientou Rodés, explicando: "Sem biodiversidade não se pode ter a escolha entre duas alternativas boas do ponto de vista genético".

Rodés acentuou, ainda, que a necessidade de uniformização das matérias-primas, com vistas à industrialização, visa, em última análise, a melhoria da qualidade de vida da humanidade. Nesse contexto, alertou, também é imprescindível garantir a sustentabilidade dos recursos naturais, com preservação dos recursos genéticos.

FLORESTAS SOCIAIS

Manoel de Freitas, diretor de Recursos Naturais da Champion Papel e Celulose Ltda. e presidente do Fundo de Desenvolvimento Florestal (Fundo FLORESTAR), abordou especificamente o conceito de “floresta social”, que qualificou como muito abrangente. “Floresta social é aquela que atende, sob as mais diversas formas, o interesse de seu proprietário; é aquela que protege o solo, as cabeceiras e as margens dos rios; é a que cria, num certo momento, um mercado de trabalho; pode produzir frutos ou simplesmente embelezar uma propriedade”.

Uma série de fatores incentiva atualmente a implantação das florestas sociais, enquanto alguns problemas se colocam como óbices à sua propagação. No primeiro caso, alinham-se pressões existentes para que seja cumprido o Código Florestal, burlado até então, no que diz respeito à obrigatoriedade de que as propriedades rurais mantenham reservas florestais em 20 por cento de suas áreas; a educação florestal; a preocupação com os recursos hídricos e com o conforto climático, além da necessidade de capturar o gás carbônico da atmosfera, justamente para evitar o chamado efeito estufa.

Entre os obstáculos à implantação das florestas, Manoel de Freitas colocou, em primeiro lugar, a falta de financiamento. “Outro item que contribui para o fracasso de empreendimentos dessa natureza é o desapontamento com o programa. Vejam quantas áreas de incentivo fiscal neste país que simplesmente foram consumidas pela falta de manutenção”. O excesso de regulamentação e a falta de coordenação dos projetos igualmente são obstáculos a serem vencidos.

Com o intuito de superar esses problemas, o FLORESTAR criou, em 1990, um programa de reflorestamento, reunindo representantes do governo, empresas, institutos de pesquisa, universidades e entidades de classe. “Até agora, já conseguimos distribuir 5 milhões de mudas; entre outubro de 91 e março deste ano, plantamos mais de 2 milhões de árvores, parte delas em essências nativas, informou Manoel de Freitas, explicando que o parâmetro desse trabalho tem sido a Proposta de Recuperação Florestal do Estado de São Paulo, elaborada pela Fundação Florestal da Secretaria do Meio Ambiente do governo paulista.

PRESERVAÇÃO E PRODUÇÃO

O mediador da mesa, Régis Guillaumon, pesquisador do Instituto Florestal de São Paulo, procurou salientar os pontos-chaves da discussão, chamando a atenção

para a diversidade de índices que vêm sendo utilizados para cálculo do carbono liberado na atmosfera e do controle do efeito estufa, embora todos eles levem ao alerta de urgência quanto às providências contra o aquecimento do planeta.

Chamou a atenção de que “o eixo da discussão está justamente em compatibilizar a preservação com a produção, sobretudo a produção florestal com a agrícola, levando em conta também os parâmetros sociais”.

Relevou os aspectos do custo-benefício das florestas, alertando que, para isto, não deveriam ser levados em consideração apenas os parâmetros econômicos, mas também os benefícios sociais e ambientais. Por outro lado, os conceitos de benefícios sociais parecem variar de acordo com o enfoque dos diferentes debatedores.

Um aspecto pareceu fundamental ao longo de toda a discussão: encontrar-se o ponto de equilíbrio no jogo dos parâmetros de conservação da biodiversidade e de melhoria da qualidade de vida.

UMA ÁRVORE POR HABITANTE

Nos debates que se seguiram à exposição do mediador e participantes da mesa-redonda, foi perguntado ao almirante Ibsen de Gusmão Câmara se o problema do efeito estufa seria solucionado caso cada um dos habitantes do planeta plantasse uma árvore. Ele respondeu que mesmo que cada um dos 5,3 bilhões de seres humanos plantasse uma árvore, isso não seria suficiente para compensar a derrubada de florestas tropicais. “Uma árvore por habitante resolveria apenas cerca de 20 a 40 por cento do efeito estufa”.

Werner Zulauf acrescentou que esses 5,3 bilhões de habitantes estão divididos em duas classes: a população que tem acesso e faz parte da chamada sociedade de consumo e o restante. Essa parte consumidora de recursos naturais e de energia representa um terço da população mundial apenas. “Então, a primeira conclusão dramática a que se pode chegar é que as condições ambientais mundiais somente não são piores porque dois terços da humanidade são miseráveis”. Portanto, afirmou, “abordar a questão sob o ponto de vista do mega-reflorestamento é imperioso”.

O diretor do IBAMA esclareceu que o Projeto FLORAM não é uma proposta fechada; deverá direcionar a política florestal e implicará na revisão de outros aspectos como o controle da destruição de florestas pelo fogo e a própria política fundiária. “É óbvio que uma adequação social e econômica mais justa se impõe, modificando a legislação, a condução das ações e a própria mudança de hábitos”.

Philip Fearnside ponderou, por sua vez, que o combate ao efeito estufa implica diminuir o desmatamento, por um lado, reduzir a queima de combustíveis fósseis, de outro. “O combustível fóssil é o grosso do efeito estufa. Então, além de plantar árvores, é necessário priorizar as formas de reduzir a queima desses combustíveis”, frisou. Sob a ótica da produção, Fearnside valorizou os sistemas agro-silvi-culturais em relação aos

plantios homogêneos, por propiciarem maior diversidade de produtos e maiores benefícios sociais diretos, já que para o efeito estufa as duas formas seriam equivalentes.

O alerta de Leopold Rodés, no entanto, é relativo às limitações existentes no campo da silvicultura com essências nativas, já que é ainda muito grande a defasagem dos subsídios técnicos entre esta e a silvicultura com exóticas. Insiste que, por ora se deveria investir nas pesquisas básicas dessas espécies e entremear os reflorestamentos homogêneos aos maciços naturais preservados, para garantir a estabilidade destes plantios com a resistência das florestas nativas propiciada pela sua biodiversidade.

Segundo Manoel de Freitas, o Fundo FLORESTAR deverá realizar seminário visando levar para a prática os subsídios deste 2º Congresso Nacional. A proposta do Fundo é reflorestar 2.300.000 ha do Estado de São Paulo com essências nativa em 25 anos.

“Eu, pessoalmente, dou uma altíssima prioridade ao estabelecimento de um sistema de áreas naturais protegidas, que agem como bancos genéticos capazes de prolongar a vida de muitas espécies”, acrescentou o almirante Ibsen de Gusmão Câmara, alertando: “Infelizmente, o governo federal e os governos estaduais têm dado muito pouca importância a essa questão, que deveria ser prioritária no Brasil, que tem a maior biodiversidade do planeta”.